

Práticas de leitura, plataformas digitais e dimensões do tempo: entrevista com Roger Chartier

Karina Janz WOITOWICZ¹



226

O historiador Roger Chartier, um dos mais importantes representantes da Escola dos Annales, construiu ao longo de mais de 50 anos de trajetória acadêmica uma consistente contribuição no campo da história cultural, dedicando-se principalmente ao estudo do livro e das práticas de leitura. É diretor da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais e professor do Collège de France, em Paris, e já atuou como professor visitante em universidades de diversos países.

É autor de *A história cultural: entre práticas e representações* (1990), *A aventura do livro: do leitor ao navegador* (1998), *Os desafios da escrita* (2002), *Formas e sentidos: cultura escrita: entre distinção e apropriação* (2003), *Inscrever e apagar* (2007), *Origens culturais da Revolução Francesa* (2009), *A história ou a leitura do tempo* (2009), *A mão do autor e a mente do editor* (2014), entre diversos outros livros e artigos.

¹ Professora Dra. do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG/PR). E-mail: karinajw@gmail.com



O pesquisador ministrou a conferência de abertura do XII Encontro Nacional de História da Mídia, intitulada “Entre memória e esquecimento: as temporalidades da história, das mídias e das experiências”. O evento, realizado pela Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia, ocorreu entre os dias 19 e 21 de junho de 2019 na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em Natal (RN). Na ocasião, Chartier concedeu gentilmente a presente entrevista à *Revista Brasileira de História da Mídia*², em que abordou as práticas de leitura no cenário da comunicação digital. As transformações das plataformas e suas implicações nas relações com a produção, circulação e acesso aos textos, de acordo com o pesquisador, propõem desafios para os historiadores e levam a refletir sobre a memória, o esquecimento e as dinâmicas de escrita e leitura.

Em uma conferência no Rio de Janeiro em 2019, o senhor abordou o tema da leitura sem livros, que remete à apropriação da escrita em outras plataformas como a própria televisão. Gostaria de saber quais são as novas modalidades de leitura sem livros que podemos considerar no ambiente digital.

Roger Chartier: Para mim o tema “ler sem livros” traz uma outra dimensão. Uma que é mais teórica, epistemológica, em que se poderia utilizar a palavra “ler” quando se decifra uma imagem, por exemplo, quando há ideia de equivalência ou não entre texto e imagem que permitiria esse uso de “ler” quase metafórico, porque vai além do que geralmente entendemos como “ler”. E a segunda dimensão é que, sociologicamente, há uma relação com obras que algumas vezes não é uma relação de leitura, mas de conhecimento, por exemplo, através da televisão ou do filme. Além disso, evidentemente, havia o problema não sobre a palavra “ler” e seus usos extensivos, legítimos ou não, para mensagens que não são escritas, mas o problema de que hoje muita gente, em muitas circunstâncias, lê sem livros, e se compreende pela palavra “livro” o objeto impresso que tem a forma de um códice, objeto não único, objeto de leitura, normalmente das obras literárias, práticas, filosóficas, históricas, o que significa ler em frente a outros objetos que são todos telas, tudo relacionado com uma transmissão, descrição, comunicação eletrônica. O que, me parece, conduz a duas questões: a primeira, material, evidentemente não são livros, porque são outros objetos e têm características próprias, muito diferentes dos objetos da cultura impressa, porque pela primeira vez há uma separação entre o veículo da escrita,

² Agradeço à pesquisadora Ana Regina Rego por intermediar a realização da entrevista com Roger Chartier e à pesquisadora Aline Strelow por colaborar com a elaboração das questões.





uma tela, qualquer que seja, e o conteúdo textual. Um livro de heróis gregos, ou códices manuscritos, ou o livro impresso do século 20 tem uma relação inseparável entre o conteúdo textual e o objeto material. Agora, essas telas são totalmente independentes do conteúdo que veiculam. Então, é uma diferença radical que explica que, nesse sentido, o conceito de livro eletrônico pode ser problemático na definição material. A segunda questão é que, como sabemos, o livro não é somente um objeto particular da cultura escrita, diferente de uma revista, de um jornal, de um caderno que você tem aqui, de uma carta, também foi definido o livro como uma obra. E toda a discussão a partir do século XVIII quanto à propriedade literária desempenha essa tensão entre o livro como objeto material, produto da edição, e o livro como uma forma particular de discurso, que era uma forma que supunha uma arquitetura, uma série de partes, de capítulos, toda a ideia do livro como a obra estética ou filosófica ou histórica. A questão é saber se esse conceito de livro que supõe a totalidade da obra, onde se localiza cada fragmento, um capítulo, uma parte, um parágrafo, subsiste no mundo dos objetos eletrônicos. Sim e não. Sim, porque evidentemente a digitalização dos livros impressos dá forma eletrônica a esse discurso, mas, na prática dos leitores, as coisas são diferentes.

O que podemos observar é que a leitura fragmentada, segmentada, descontínua, que normalmente se considera como leitura frente às telas eletrônicas, também tem como consequência uma forma de autonomização dos fragmentos, que talvez não sejam mais fragmentos, porque um fragmento supõe que se perceba a totalidade à qual pertence um fragmento. E aqui a relação entre o fragmento — capítulo, parágrafo — e a totalidade da obra não é mais visível materialmente, a relação não se estabelece imediatamente entre o fragmento e o lugar no qual se podia encontrar esse fragmento na forma impressa. Isso traz outro desafio entre a transformação eletrônica de obras que foram concebidas com essa relação entre fragmento e totalidade. Quando essa relação estava visível através da materialidade do objeto, ninguém era obrigado a ler todas as páginas de um livro, mas a materialidade do objeto indica que, se se extrai um fragmento, esse fragmento desempenhava um papel particular, um momento particular da narração, da demonstração, da argumentação, o que desaparece com uma leitura que se apodera de fragmentos sem buscar, sem pensar como necessária a relação entre o fragmento no seu papel particular e a totalidade da obra.

Dessa maneira, poderia ser também um desafio no conceito de livro não somente como materialidade desaparecida no eletrônico, mas também como forma de discurso no qual a arquitetura global é uma condição de compreensão de cada elemento particular. E





aí uma discussão é aberta sobre que possibilidade, sobre o sentido de uma categoria como livro eletrônico. Porque o essencial aqui também é considerar o livro digital, o livro digitalizado. Há uma diferença entre a transformação digital do livro já existente num passado, a digitalização das coleções da biblioteca ou do livro de agora, quando no contrato do autor se identificam as duas possibilidades de publicação: na forma do livro impresso e na forma digital. Nesse caso, há uma identidade do livro como obra organizada, com uma arquitetura na qual você localiza todos os fragmentos que se transforma tecnicamente, *a priori*, há uma definição do livro que respeite a definição antiga, tradicional. O problema é saber se na apropriação na forma eletrônica esse conceito antigo está respeitado ou desejado pelo leitor. E há outro setor muito minoritário agora que seria das subcriações digitais, que, nesse sentido, podem apoderar-se de uma nova forma de autonomia dos segmentos textuais — evito a palavra fragmentos porque, como eu dizia, na estética do fragmento supõe-se a totalidade à qual pertence um fragmento. Segmentos textuais que se podem associar, separar, vincular e que seria uma nova forma de cultura escrita na qual a noção de livro desapareceria tanto como objeto material quanto como forma discursiva. É uma projeção no futuro porque hoje tudo que estou dizendo está matizado pela coexistência entre objetos impressos e a forma eletrônica. [...]

É de se rechaçar fortemente a ideia de uma equivalência porque são lógicas diferentes que governam o uso, a compreensão, a inteligibilidade de um discurso em uma forma e outra. E, frente a esta realidade massiva da digitalização de textos, há outra perspectiva mais minoritária que é a invenção, uma criação se apoderando de recursos digitais com uma ruptura fundamental com a ideia de copiar, com a ideia da propriedade literária, com a ideia do autor individualizado, com a ideia do texto fechado, com o texto estável, e tudo isso me parece um setor de invenção.

Neste mesmo texto, o senhor destaca a chamada “ordem do discurso” na cultura escrita, que passa pela referência ao autor, pela identidade da obra, pela propriedade intelectual. O que muda mais efetivamente nessa transposição – que, mais do que uma transposição, é um outro formato?

Roger Chartier: Como historiador, o que me importa são as descontinuidades. Evidentemente, a tradição da história das mídias enfatiza as descontinuidades técnicas, a forma de reprodução dos textos, das formas manuscritas, a prensa de imprimir inventada por Gutenberg até a transformação com a mutação eletrônica. Também podemos enfatizar





uma dimensão técnica, uma dimensão morfológica, a forma mesmo do veículo da escrita. A invenção fundamental, neste caso, não é a invenção de Gutenberg. A aparição, a imposição, a partir dos primeiros séculos da era cristã, dada a forma de nossos livros, cadernos, ou já as páginas, que é uma ruptura morfológica fundamental. [...] Passamos à forma eletrônica de inscrição sobre a tela, e seria aqui uma segunda reflexão não tecnológica, senão morfológica. A terceira podia ser a transformação conceitual da definição das obras e a relação com uma outra realidade contemporânea, própria da literária, que pode nascer somente quando no século XVIII se encontram associadas ao critério de individualização da escrita ao autor, como singular e individual. Se associar esta ideia de uma autoridade individual – que é oposta à prática muito frequente, anteriormente, da escrita em colaboração, como no caso dominante do teatro, talvez do romance – ao conceito de originalidade da obra, pode-se opor a uma definição mais clássica da invenção dentro da limitação que era o modelo dominante 2D ou muito antigo até o século XVII.

A obra era original porque o produto do indivíduo é singular e é o fundamento da terceira noção, de propriedade literária. Se há outra propriedade do texto é porque este texto, esta emanção, é a materialização do mais íntimo, mais singular, do mais próprio do autor. Então, propriedade literária estética da originalidade e a individualização da escrita definem o paradigma que até agora é dominante para as obras filosóficas, literárias, científicas. E o desafio do mundo digital é a possibilidade, o desejo de romper com estas categorias, com uma ideia de escrita que pode ser polifônica. O processo é dinâmico, reativo, coletivo da criação não para as obras que respeitam os critérios herdados estando fechados, como condição da sua transmissão a impossibilidade de copiar ou de entrar nestas obras, mas toda uma outra parte da comunicação eletrônica, e a publicação eletrônica permite destruir a ideia de uma obra fechada e de um autor singular.

E daí a consequência que chega na perspectiva de desafio à categoria mesma de *copyright* e de propriedade literária e de como apostar na comunicação livre, gratuita, dinâmica. E me parece que este é um desafio fundamental do tempo contemporâneo, que pode ser ao mesmo tempo uma traição das obras que foram concebidas na outra lógica e ao mesmo tempo uma capacidade inventiva para obras que se podem conceber hoje vistos os seus critérios, que aceitam a instabilidade, a mobilidade, a abertura. Então, é também uma tensão não necessariamente por estatísticas porque, evidentemente, este uso inventivo das possibilidades técnicas do mundo eletrônico é sentido de forma muito marginal, mas teoricamente é uma discussão válida entre como se pode ou deve respeitar





o mundo eletrônico. Tensionar as categorias que foram forjadas no mundo da cultura impressa, século XVIII, particularmente, ou como este mundo eletrônico poderia promover, instalar uma cultura escrita em que poderíamos abandonar a forma material da página e também os segmentos característicos fundamentais da cultura escrita que podem permitir, como eu dizia, a polifonia, várias vozes podem escutar o texto ou se pode suceder no processo criativo. [...]

Então, me parece que teoricamente é uma discussão muito importante conceituar o material, pois como um historiador deveria permitir em vida uma apropriação anacrônica dos textos que foram concebidos em um outro horizonte? E, ao mesmo tempo, não ignorar o que talvez seja imperceptível e que a comunicação eletrônica pode permitir, a invenção de um mundo textual original, diferente do mundo textual tal como conhecemos. [...]

No livro *Inscriver e apagar o senhor* afirma que o medo do esquecimento obcecou as sociedades europeias na primeira fase da modernidade e elas fixaram o passado por meio da escrita, utilizando variados suportes - madeiras, tecidos, pergaminhos, enfim - e, paradoxalmente, era necessário também o apagamento para evitar, digamos, a multiplicação de textos inúteis, o abafamento de ideias ou o acúmulo de discursos. De algum modo este processo permanece com uma outra roupagem ou com outros formatos e com as múltiplas possibilidades das mídias digitais. Como o senhor avalia as mudanças e continuidades no processo de apagamento e de inscrição dessa memória?

Roger Chartier: Preciso dizer que não sou um especialista do mundo digital contemporâneo, sempre me apropriei de uma reflexão histórica, não para pensar que a história está a se repetir, que é uma ideia absurda que o historiador utiliza para justificar seu próprio trabalho. É uma utilidade social. Ao contrário, para flexionar sobre diferenças e descontinuidades. Neste caso, especificamente, tematicamente é uma forma de continuidade porque o mundo digital é um mundo onde, por um lado, um gesto imediato multiplicado é apagado, porque apaga-se sempre, quando se escreve se apaga o que parece inútil, se apaga para libertar a memória de episódio excessivo. É um mundo em que, então, o apagamento é necessário e imediato e, ao mesmo tempo, é o mundo do sonho, da memória absoluta. Também há a ideia de que nada deve desaparecer, de que tudo se pode conservar. [...] Talvez um terço da primeira era da modernidade encontre a exceção de recuperar o que está perdido, perceber o que falta como uma ausência cruel; como um





esquecimento mutilador. O que poderia explicar as bibliotecas universais, a busca dos manuscritos antigos, a multiplicação das redes de imprensa e, ao mesmo tempo, a ideia de uma ansiedade frente à acumulação de um mundo textual que não se pode dominar, controlar, aproveitar. E que poderia explicar a idade moderna e que resume a publicação de antologias, de certos sons das utopias do século XVIII. Uma biblioteca lúcida que é realmente útil e que poderia ser realmente a utopia de ter em um só livro a totalidade do saber e esse saber ser universal. Então esta tensão é fundamental para compreender as instituições e ideologias, práticas, sonhos. [...]

O apagamento não tem a ideia de inscrição duradoura e, ao avesso, uma ideia de conservação absoluta está pensada como ameaça pelo desaparecimento, pela ideia de apagamento. O apagamento imposto é o apagamento desejado. O apagamento que corresponde a um desejo de libertar a mente incontrolável de escritos que também podem ser um temor frente ao mundo eletrônico. Já era um temor quando você ia a uma biblioteca, uma livraria, frente a todos os setores de que seria impossível de ler. Desta maneira, a ideia de um controle, uma seleção, uma série de histórias podem acompanhar esse temor frente à proliferação do discurso. Para fazer esse discurso controlável vão se abrir certos dispositivos que permitem ser mais raro um discurso que tem uma tendência a proliferar. Acho que Foucault nunca havia pensado ou visto os computadores de hoje para reforçar esta ideia entre raro e falso e proliferação. Isso poderia ser o apagamento desejado, necessário; pensado como necessário. Um pouco como a ideia do apagamento como condição da memória, contra a ideia de uma ficção, de uma memória absoluta que não poderia esquecer nada. Que devia pensar que o esquecimento é a condição de possibilidade da memória, particularmente, se é um esquecimento que não tem uma possibilidade de resgate. E frente a isso, evidentemente, uma outra realidade que tem força nova no mundo eletrônico, que o apagamento imposto é uma forma de censura, forma de controle, forma de proibição ao acesso. Os tirânicos, despóticos, usam desse aparato poderoso para fazer desaparecer os eventos do passado, a comemoração dos eventos do passado, os arquivos dos eventos. De novo, me parece que os problemas encontraram um momento em que havia uma tensão entre o discurso do entusiasta das novas tecnologias que permitia um novo espaço público e democracia, e os que denunciaram essa técnica como tecnologia do fim da cultura da escrita, da literatura. Não há um sentido intrínseco em alguma técnica. O poder está nas instituições, nos cidadãos, no que os eleitores fazem com a técnica. E vemos, neste caso, por um lado, há uma possibilidade de construir novos espaços públicos, a partir da comunicação eletrônica e,



ao mesmo tempo, é um poderoso instrumento de censura. Então, para mim, esta ambivalência é fundamental para explorar e compreender, neste caso, o apagamento, o esquecimento. Evidentemente, estamos em frente a essas duas realidades contraditórias, em uma possibilidade de acessar mais fácil, mais livre, mais gratuita ao saber. Ao mesmo tempo em que pode reforçar o controle sobre a circulação, a difusão dos saberes e que pode também ser um instrumento ímpar do passado que chamamos de propaganda.

O senhor fala em superabundância textual, nos textos sobre os desafios da escrita, lembrando que esta oferta de informação também ultrapassa a capacidade de informação dos leitores. Então, há caminhos possíveis para administrar melhor esse paradoxo da superabundância? Tanta informação e, ao mesmo, desinformação...

Roger Chartier: A consequência disso seria de considerarmos instrumentos, instituições que permitem ao leitor encontrar um caminho, um estado de abundância textual e iconográfica, porque são textos e imagens unidos. Hoje, cada um desempenha um papel no mundo da comunicação eletrônica. [...] Então, é uma relação permanente com o mundo eletrônico, mas uma relação permanente não necessariamente com a leitura da obra de Platão em uma forma eletrônica que é, fundamentalmente, o que chamamos de redes sociais, de comunicação com os outros, com as instituições, com o mercado, com as empresas. E tudo isso é uma forma não somente de uma forte presença da escrita contra a ideia de que o mundo eletrônico destruía a cultura escrita, nunca se utilizou tanto a escrita, porque aqui está em meio à relação entre ler/escrever, escrever/ler. Se lê para escrever e se escreve para ler. Em inglês agora se fala dos “*readers*” com w, “*writers and readers*”. E a consequência é que esta forma de permanente comunicação eletrônica que se apodera os recursos, das possibilidades da técnica, tem seus próprios códigos da escrita, por exemplo, a forma simplificada com seus próprios gêneros.

O twitter e o e-mail têm sua própria definição de uma leitura que também é uma leitura que, particularmente, segmentará, fragmentará o hipertextual e todas essas práticas da leitura e escrita dos “*readers*”. O ponto é que necessariamente há uma consequência sobre as formas de leitura que permite o mesmo aparato. Quer dizer, a leitura do periódico, a leitura da revista, a leitura de um romance do século XIX ou de uma peça de Shakespeare. Então, é uma realidade esta proximidade entre as formas mais imediatas, práticas da comunicação e a apropriação dos discursos que têm uma outra lógica de produção, uma outra finalidade. Para os mais jovens leitores, escritores ou estudantes, essa relação pode ser tácita ou mais imediata da experiência frente à cultura escrita em



que se impõe um modelo de comunicação, com as formas de publicação eletrônica. Existe uma outra distinção entre a comunicação eletrônica e a edição ou publicação eletrônica, uma distinção que é teoricamente válida. Na prática cotidiana desta permanente relação com a tela ou as telas, um dia a gente pode passar de uma tela para outra tela e desaparecer a distinção. Porque se aplicam à publicação eletrônica as práticas da comunicação eletrônica e daí uma realidade original que se deve pensar porque disso partem trabalhos sociológicos sobre as leituras dos maiores leitores no Brasil. Há três características desses novos leitores, novas leituras. A primeira é a ideia da leitura acelerada, da leitura impaciente, ir ao argumento, ao desenlace sem perder tempo. Se aplica também para a música, com a ideia de fragmento de um minuto; se aplica para o cinema, quando se vê um filme na tela e se acelera a velocidade do desenvolvimento da obra.

A segunda característica é uma leitura que privilegia a dimensão de hipertextualidade e não a dimensão de uma leitura que tenta ser focalizada sobre fragmentos, partes ou parágrafos. Um jogo de relações mais que uma apropriação, não somente lenta, que seria como uma resposta à aceleração, mas uma apropriação crítica, metódica do texto. E a terceira característica, que é a mais inquietante, poderia dizer, é que não existem muitos textos com a necessidade de um critério de validação dos enunciados. Aqui também é um efeito das redes sociais. O que dá credibilidade a um enunciado é que é compartilhado com outros usuários que pertencem à mesma rede. E a creditação, autenticação do enunciado depende da confiança nos outros que colocam em circulação essa informação e os outros vêm a saber. E a ideia que deveria, talvez, aplicar um critério de validação, prova, confrontação, com algo externo.

Tanto o fragmento lido como a rede social são uma coisa que desaparece. Eu abri este caminho da circulação das falsas verdades, não somente notícias, mas verdades em que se multiplicam, desde as teorias mais absurdas, os complôs em toda a terra até, evidentemente, a manipulação pelas propagandas políticas, que usam massivamente esse meio de comunicação. América do Norte e do Sul apostam sobre a credibilidade outorgada a partir da presença na rede social, não a partir de qualquer critério de validação, autenticação, acreditação. Estas três características de aceleração, falta de atenção e o desaparecimento do critério crítico podem ser preocupantes pelo presente, pois pelo que podemos ver, os efeitos são devastadores.

Nos últimos anos, grandes redes de livrarias entraram em recuperação judicial, fecharam muitas lojas e, no Brasil, verificamos isso de forma bastante acentuada.



Trata-se de um momento global, talvez, que parece difícil de ser revertido. Como o senhor vê o futuro destes empreendimentos, que de certo modo indicam também uma mudança nas práticas de leitura ou uma outra forma de acesso ao livro?

Roger Chartier: Não quero passar por mais conservador que sou, mas eu vejo com uma certa tristeza. E tem mais que supor que é global ou que seja uma equivalência entre a forma eletrônica e a forma tradicional, tanto na leitura de uma obra comprando os livros, ou da recepção da informação. Comprando os livros, a ideia é de que não existe diferença para comprar um livro quando se faz a leitura eletronicamente, com o Amazon ou outra plataforma de venda, ou se deseja comprar um livro na livraria. Aparentemente, a primeira é mais fácil e mais imediata, o que pode ser uma das causas fundamentais do fenômeno que você descreve, ainda mais forte na Europa, e, no mundo, eu conheço um pouco na Argentina e no Brasil. Aqui, a ideia da equivalência se aplica também para comprar os livros impressos, porque a tradição do mundo contemporâneo é que essa proliferação digital é quando a gente quer comprar o livro, em todos os países como os Estados Unidos são livros impressos para comprar. Na Europa não há nenhum país em que no mercado do livro eletrônico atinja mais de 7% das compras ou vendas. Então, há um paradoxo: se compra livros impressos através de um meio digital. Se pensarmos que as livrarias desempenham outro papel do que somente um lugar onde se compra livros, mas que pode ser um lugar de apropriação da cultura impressa através da oferta, através do papel que podem desempenhar os livreiros, e se pensar que, nesse caso, não há uma equivalência e que por uma razão fundamental que podemos também encontrar para a leitura dos periódicos, é de que a lógica da compra ou da leitura no mundo digital é uma lógica temática, enciclopédica, tópica, a partir de uma série de temas. Então, se encontra mais rapidamente o que se busca, porque você pode abrir o periódico digital - é política, França, eleições, Macron - ou pode ir na Amazon buscar um título e a Amazon dizer que se você comprar aquele título, pode estar interessado por outros que são tematicamente relacionados, ou porque são do mesmo autor, mas, mais geralmente, porque são tematicamente, para demonstrar essa lógica dos temas. Ao mesmo tempo, as revistas científicas ou das ciências duras, o contexto de um artigo é só de outros artigos em outras revistas sobre o mesmo tema e, no mais, existem três formas de uma outra lógica, que era a lógica topográfica, a lógica do lugar: se você quer comprar um livro de história, talvez, ou um livro de poesia, na página de um periódico impresso você pode ler e dizer que é um território, a livraria é um território físico. A página do livro, do texto de jornal impresso, também é um território. Isso define uma outra relação. Uma relação que, em



vez de descobrimento, porque podia-se encontrar o que não estava buscando, pode ser uma lógica de, como costumava dizer o estruturalismo, de intertextualidade, e tem, materialmente, na coexistência no mesmo espaço que uma página de jornal local ou de uma livraria, essa forma de intertextualidade, de relação entre os textos. E na revista a mesma coisa. O sentido de um artigo pode ser transformado pela presença de outros artigos no mesmo número de revista e que definem um projeto editorial. Se você ler, por exemplo, o mesmo artigo em uma forma eletrônica pode totalmente destacar esse artigo de qualquer de seu contexto de implicação e relacionar com outros artigos sobre o mesmo tema, em outras revistas. Então, me parece que imaginar que há uma identidade entre uma lógica temática e uma lógica topográfica ou espacial seria um erro crível, intelectualmente, e pode ser um desafio forte o conceito mesmo de revista. A revista não é somente a justaposição de artigos. O projeto intelectual, estético e político, cívico é que define o sentido a partir da coexistência de artigos sobre temas diferentes no mesmo jeito material. Não quero dizer que as duas formas de relação com esses mesmos artigos se justificam, porque, evidentemente, se você está fazendo uma pesquisa, vai encontrar um artigo sobre um tema e pode conduzir rapidamente a busca por outros artigos em outros lugares sobre o mesmo tema para construir a bibliografia. Mas se você está em um outro tipo de relação, onde o artigo é para localizar um projeto que esse artigo é publicado neste momento, neste número, neste caso, a forma impressa é imprescindível para essa localização e me parece que tudo isso é válido para as livrarias, para os periódicos, para também a leitura nas bibliotecas. A ideia de que se podia substituir sem perda, sem transformação profunda das práticas intelectuais, uma forma outra, me parece um erro. O problema é que não é fácil fazer compreender, isto porque é uma forma imediata, porque a gente poderia, deveria ir à biblioteca, se pode ler o livro na sua cama ou na sua cozinha na frente a uma tela, porque a gente busca imediatamente o livro ou que pode comprar imediatamente por Amazon que vai com um drone até chegar no dia seguinte. Porque a gente queria comprar os periódicos impressos se pensar que lemos as mesmas coisas na forma digital. Há muitos lugares onde não se encontra onde se vendem os periódicos. Assim, se a gente não lê periódicos, a situação aqui pode ser uma inevitável transformação, mas fundamental sobre essa falsa ideia de uma equivalência. Se vê bem quando se pensa a metáfora de leitura, muitos autores são metafóricos com a leitura como uma viagem. O leitor como viajante, peregrino, nômade, porque supõe que a leitura é um deslocamento em um espaço que podia ser o espaço material da página do livro ou o espaço material da página do periódico ou no espaço material da totalidade de um número





de revista. Evidentemente que viajam, mas no mundo digital os que leem não é mais uma forma de viagem desse tipo. É uma forma de organização temática e analítica que vai do tema ao tópico, do tópico à rubrica, da rubrica à chave, e, finalmente, que organiza como uma lógica enciclopédica uma estrutura do saber. Mas há uma diferença profunda e que, talvez, se apresente no ensino, na relação que temos discutido enquanto há falta de uma consciência crítica, porque também há uma outra transformação dos textos que aparecem da mesma forma e sob o mesmo suporte. Desta maneira, é como uma unificação da textualidade que poderia forçar essa ideia de que está na internet, então é verdadeiro. Quando todo mundo, diante da pluralidade do suporte, mostrava diferenças, talvez as diferenças indicassem uma possível credibilidade. Não se dava o mesmo peso de autoridade a um texto publicado por uma editora que tem reputação de controle ou de uma editora acadêmica ou uma revista de quiosque. Não quero dizer que não há erros nos livros acadêmicos e que não há erros em revista de quiosque em excelência, mas se podia discutir um horizonte de expectativa da verdade ou da autenticidade ou do saber controlado desaparecer totalmente quando todos os textos são propostos à leitura da mesma forma e uma forma decidida pelo leitor. Então, essa é uma outra discussão muito importante. Minha conclusão seria que não há equivalência e que seria, talvez, através da prática, da instituição ou da consciência do leitor que se poderia efetuar essa ideia de manter uma possível pluralidade das formas da cultura escrita e que está ameaçada ou tímida. Agora, nos Estados Unidos, a aprendizagem não se faz mais com a escrita da mão manuscrita. Se faz diretamente com o teclado do computador. Estamos, todavia, lendo ou publicando objetos impressos, mas, evidentemente, com uma tendência a produzir mais e mais em um mundo da comunicação/publicação, publicação/comunicação digital. A ideia do proveito que representa uma pluralidade pode ser uma ideia abstrata, mas que não corresponde mais a uma realidade prática. Então, me parece que essa questão da livraria está dentro de um espectro mais amplo com relação à ideia das duas lógicas: uma, dos espaços; outra, dos temas e tópicos.

E quais são os desafios hoje para uma história das práticas de leitura, que é sua área, considerando a multiplicidade dos dispositivos, das plataformas? Como pensar o ofício de quem trabalha com essa história?

Roger Chartier: Nunca foi fácil a ideia da história das práticas de leitura, por causa dos arquivos dessas práticas. Os historiadores podem utilizar várias possibilidades para chegar aos leitores do passado, descrito a propósito de suas leituras e aí utilizar





documentos do tipo biográfico (cartas, diários íntimos, autobiografia), quando são os leitores também autores, citações, preferências ou bem mais recentemente um enfoque para enfatizar a leitura do passado ainda a partir de escritos nos livros e todo o estudo da marginalidade, a presença da escrita manuscrita nos livros. Sobre a possibilidade da pesquisa histórica, a imensa maioria dos leitores nunca deixaram nada a propósito de sua leitura, seria como associar historicamente esses documentos que são produzidos pelo leitor mesmo com o que podemos saber dos códigos, convenções, informações para a leitura ideal e utilizar o material pedagógico, utilizar as normas de leituras em algumas comunidades de leitores. Nunca foi uma história fácil. Hoje, evidentemente, com uma proliferação dessa leitura da instantaneidade, não sei como fazer uma sociologia ou antropologia da leitura do mundo contemporâneo. Contribuir com o resultado das pesquisas que são baseadas sobre respostas de um questionário e entrevistas; tecnologicamente, o mais importante poderia ser ver como, em um dia, um leitor, uma leitora lê e escreve. Seria como uma observação participante [...]. Hoje, como dizia, eu vejo que a gente, de maneira permanente, lê e escreve em frente às telas. Então, a necessidade para uma pesquisa seria [...] registrar os cursos de cada momento, do que é possível. Afinal, evitar o risco de generalizar, de pensar no conhecimento quando há uma proliferação do discurso sobre o mundo eletrônico. [...] E para resgatar estas práticas de hoje fora do que existe, são muito interessantes os trabalhos sociológicos. Outra possibilidade seria como, em primeiro lugar, o registro, depois uma análise das práticas de leitor/leitora pertencendo a vários meios sociais, várias gerações, que me parece um fato mais importante para a leitura do passado, sempre a diferença entre geração pode ser um elemento de diferenciação da prática de leitura. Uma grande diferença entre os leitores eletrônicos, talvez, como eu, que adentravam este mundo a partir do mundo manuscrito impresso, uma primeira fundamental familiaridade com o mundo digital e são duas experiências da cultura digital muito diferentes. E quando a gente fala isso se deve pensar nesta dimensão de que tudo o que foi dito até agora é o resultado de uma trajetória que leva uma cultura escrita somente manuscrita e impressa ao descobrimento progressivo ou sempre mais importante do mundo digital. Mas um discurso sobre o mesmo tema por um adolescente que entrou no mundo da escrita a partir das telas e que, talvez, vai encontrar um livro impresso, não sei se estou absolutamente certo, o caso é que é uma experiência totalmente diferente. As duas narrativas nos vinculam facilmente e me parece que faltam pesquisas precisas, muito difíceis de organizar sobre essa prática de hoje e dos leitores que mais ou menos entraram no mundo da escrita a partir de uma familiarização muito





jovem, desde bebê, com o mundo das telas. Porque, aqui, o desafio fundamental para achar que o mundo no futuro não depende, sinto dizer, de nossos discursos, apesar de que devemos produzir estes discursos para mostrar que aproveitam uma coexistência e que para manter esta coexistência deve-se rechaçar esta ideia de equivalência, mas, finalmente, o mundo futuro depende inteiramente das práticas e da consciência ou não das práticas por parte dos mais jovens leitores [“readers”]. Esta é a relação pela qual acho simpático o discurso sobre o livro que foi resultado de uma discussão entre Umberto Eco e Jean-Claude Carrière³, que era para falar sobre a ideia de que o livro não pode desaparecer porque havia uma ideia da eternidade do livro, mas nada poderia confirmar esse desejo porque, evidentemente, as práticas multiplicadas ao infinito de cada dia, de cada leitor, de cada lugar do mundo são um instrumento muito mais poderoso de transformação e consciência do mundo da cultura escrita do que os discursos que podemos enunciar como diagnóstico ou como desejo.

Professor, vou fazer referência a um outro trabalho seu, intitulado *O mundo como representação*⁴. Este termo é bastante atual, especialmente se considerarmos um recorte social, que contempla as capacidades dos próprios grupos de fazerem reconhecer sua existência. Gostaria que o senhor falasse sobre como percebe essas disputas por representação atualmente e qual a importância que elas têm.

Roger Chartier: O conceito de representação tem vários campos de presença. O mais diretamente relacionado com sua pergunta seria o campo do social porque, neste caso, representação pode referir-se a duas realidades. Uma que cada um, conscientemente ou não, dá a ver sua própria identidade, através de representação do sentido, uma maneira de falar, de vestir-se, de tratar o outro, o que toda a sociologia de Goffman havia definido como interacionismo. Como se cada situação fosse como uma pequena cena de teatro e a gente, conscientemente ou não, transmite a representação que quer, que o outro entende, ela ou ele, a partir de tudo o que é imediato, tudo o que é não reflexivo, inconsciente. Dessa maneira, no mundo contemporâneo, é fundamental compreender como os indivíduos, as classes, as nações, querem ser percebidos e para produzir essa percepção organizam, conscientemente ou inconscientemente, toda uma forma de

³ Roger Chartier refere-se à obra *Não conte com o fim do livro*, de Umberto Eco e Jean-Claude Carrière, publicada em português em 2010 pela editora Record.

⁴ CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos avançados*. São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, abr. 1991. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100010&lng=en&nrm=iso.





autorrepresentação.. É uma primeira dimensão fundamental e que se vincula, fundamentalmente, com o sentido sociológico de representação como interação, que se relaciona também com o sentido mais antigo da representação a partir do qual os indivíduos, respeitando códigos de representação da sociedade da primeira idade moderna, produziam como exibição de sua identidade. A segunda definição de representação você pode encontrar na obra de Pierre Bourdieu e se refere a essa incorporação pelos indivíduos de uma posição, uma trajetória social, que define tudo em um horizonte de categorias de percepção, de classificação, de representação, neste caso, mal projetada pelo que está mais incorporado ao mundo social e que podia ser também um desafio fundamental, porque só esta representação incorporada pode definir, por exemplo, os comportamentos políticos ou as formas de atuação social. E daí havia uma crítica ao conceito de representação como idealista, afastado da realidade social. Me parece totalmente equivocado, porque esse conceito é absolutamente central na sociologia mais realista. Este jogo entre a representação incorporada, que se pode definir como uma série de esquemas de percepção do mundo social que classificam, que apreciam ou desaparecem e, por outro lado, com as formas de exibição da identidade que a gente produz com o desejo de ver esta identidade reconhecida ou o que funciona para um indivíduo, pode funcionar para os grupos sociais [...]. Se pode pensar também que representação tem um sentido a mais dos outros sentidos fundamentais; um que é político - e vemos o debate em vários países - e, finalmente, o rechaço da ideia de representação. É preciso dizer que há os representantes que representam o cidadão. São uma delegação do exercício da soberania através da representação política, que era o funcionamento clássico de um século, talvez no século XVIII, depois da Revolução Francesa e outras revoluções do sistema democrático, com uma exceção: o rechaço da ideia da representação da vontade geral. Neste caso, a única possibilidade para evitar esta representação era que todo o cidadão de uma mesma nação se podia juntar como uma cidade da Grécia antiga, mas há a contradição entre esta ideia que não se pode representar a vontade geral [...]. Este tema reaparece, por isso a ideia de representação de traição. A ideia de corrupção por parte do representante e uma volta da ideia de uma expressão de representação deveria funcionar, por exemplo, a partir de referendo permanente, consulta à totalidade dos cidadãos. Algo tão utópico como a ideia de Rousseau de que a vontade não se representa, mas, claramente, aqui estou falando das formas mais nobres da expressão de rechaço da representação. A ideia de voltar a uma deliberação, e não pode ser uma ágora ou referendo do povo, da população. Se vê que as formas menos nobres de





rechaço do político, da política, dos políticos, tudo isso envolve a representação por ressignificar a confiscação por uma autoridade que pretende, como o rei no antigo regime, ser o representante da população. Outro sentido que me parece importante é o sentido estético, uma representação representa algo, desta ordem de introduzir a dimensão reflexiva da obra de arte, a relação com sua dimensão de representação, pode ser uma peça de teatro, pode ser um romance, pode ser um quadro. [...] Me parece um instrumento conceitual importante no campo da arte ou da história da literatura.

Uma última pergunta. Fazendo uma referência ao tema da sua conferência neste congresso da Alcar, "Entre a memória e o esquecimento: as temporalidades da história das mídias e das experiências", como o senhor analisa essas temporalidades?

Roger Chartier: Temos visto pela nossa observação simples de sociologia que a temporalidade acelerada pode ser uma forma de contribuir com a desagregação da ideia de verdade. Porque estabelecer uma verdade requer tempo. Então não há tanta diferença, neste caso, da temporalidade, não tem como o historiador partir de uma noção que eu não gostava tanto porque me parecia muito vaga, que é a noção de aceleração, de um lugar comum que tem uma exposição filosófica da ideia de que há uma aceleração do tempo que pode estar vinculada com o desaparecimento da memória ou que pode ser vinculada, como no caso dos filósofos, à ideia da escassez do tempo. Dizer que a gente não tem tempo de fazer nada, porque o tempo está acelerado. A partir desta noção, talvez um pouco mais como eu pensava, é possível entrar nas variações da temporalidade. Como um historiador, a ideia seria discutir ao mesmo tempo a temporalidade da história, um modelo proposto por Fernand Braudel, em que ele dirá que há uma anulação, que há conjunturas, que há eventos, e aí não é todo evento que está nesta construção de arquitetura de temporalidade. Dessa relação entre as temporalidades da história e as temporalidades da ficção, propus um trabalho de teatro sobre a primeira idade moderna ou sobre romance. E, para terminar, a temporalidade não mais seria a medida das revoluções históricas, mas uma categoria, portanto, uma representação, uma categoria incorporada. Uma análise magnífica de Pierre Bourdieu, que se chama *Meditações pascalianas*⁵, sobre a ideia de que o tempo é coisa, a propriedade social mais desigualmente distribuída. A gente tem que ter tempo, a gente tem que controlar o tempo dos outros e, neste caso, ligamos todo

⁵ Ver: BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.





esse mundo social em que não existe uma relação racional entre o que se espera e o que é possível [...]. É a ideia do tempo como propriedade social e não como envelope dos fenômenos. E para terminar o que estamos discutindo, dizemos que o passado anula toda a temporalidade com o esquecimento, porque o esquecimento faz desaparecer a temporalidade do que foi e que não é mais, porque está esquecido. É uma reflexão sobre o estatuto do esquecimento. Nas sociedades contemporâneas, uma noção do filósofo francês Paul Ricoeur, desse esquecimento que não é uma desapareição absoluta, mas uma possibilidade de resgatar um casulo. Assim, esta análise recupera o que foi esquecido por causa da experiência, da memória e daí a diferença entre temporalidade da memória e temporalidade da história. Na verdade, não é de se vincular a questão da temporalidade à questão da verdade, porque, finalmente, a relação com a temporalidade verdadeira adormeceu na história e a partir do século XIX, há toda uma inversão dessa relação [...]. Há um sentido que vai da aceleração à temporalidade da história, da temporalidade da história à temporalidade da ficção e que vai disso às temporalidades dos indivíduos. Tanto na literatura que focaliza sua atenção sobre enfatizar os destinos individuais como através da incorporação do tempo como uma categoria da percepção do julgamento social. E para terminar, com o que seria o contrário da temporalidade, a desapareição do esquecimento.

